

SIMPÓSIO AT017

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO EM COMUNIDADES INDÍGENAS: O CENTRO DE MÍDIAS E AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

OLIVEIRA, Edilani Ribeiro de
Universidade Federal do Amazonas
edilani.2279@gmail.com

SILVA, Raynice Geraldine P.da
Universidade Federal do Amazonas
raynicemao@yahoo.com

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de Mestrado em Letras sobre o ensino mediado por tecnologias educacionais em escolas indígenas no Amazonas, especificamente, no contexto de falantes de língua materna tikuna do ensino médio. Tem como objetivo analisar a metodologia de ensino do Centro de Mídias à luz da Resolução nº 05/2012, e seu respectivo Parecer CNE/CEB nº 13/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena, que orienta a organização das escolas indígenas, devendo assegurar a manutenção e fortalecimento de práticas socioculturais e os processos de ensino e aprendizagem característicos das comunidades indígenas, previstos na CF/88, LDBEN 9394/96. Metodologicamente foi realizada pesquisa de campo em uma escola em indígena que se constituiu em observar a metodologia de ensino do CEMEAM. Como resultado das primeiras observações, verificou-se que o ensino tecnológico não dispõe de uma proposta específica voltada aos povos indígenas, principalmente, no que se refere à política linguística e a formação do professor que media o processo ensino-aprendizagem, o que reforça a supremacia da Língua Portuguesa em detrimento da Língua da Língua Tikuna.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Centro de Mídias; Ensino Tecnológico.

Abstract: This work is part of the Master's Degree in Literature research on education mediated by educational technologies in indigenous schools in Amazonas, specifically in the context of Tikuna speakers of the high school. Its purpose is to analyze the teaching methodology of the Media Center in light of Resolution no. 05/2012, and its respective CNE / CEB Opinion no. 13/2012 - National Curricular Guidelines for Indigenous School Education, which guides the organization of indigenous schools. ensure the maintenance and strengthening of socio-cultural practices and the teaching and learning processes characteristic of indigenous communities, provided for in CF / 88, LDBEN 9394/96. Methodologically, a field research was carried out in a school in the indigenous community, which consisted in observing the teaching methodology.



Theoretically, we are based on D'Angelis (2008), in regard to the prioritization of the mother tongue in the teaching-learning process and in Grupioni (2013), regarding the priority of an indigenous teacher to practice teaching in the villages. As a result of the first observations, it was verified that technological teaching does not have a specific proposal for indigenous peoples, especially with regard to language policy and teacher training that mediates the teaching-learning process, which reinforces the supremacy of the Portuguese language in detriment of the Tikuna language.

Keywords: Indigenous School Education; Media Center; Technological Teaching.

Introdução

À educação escolar indígena, nas características em que são definidas “devem ser garantidos os princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade”. (BRASIL, 2012, Art. 7º, §1º).

Assim, esse trabalho traz como proposta uma reflexão sobre a metodologia de ensino do CEMEAM em uma escola indígena Ticuna sob a luz da Resolução nº 5 de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica em contraste com o ensino mediado por tecnologia, ofertado pelo Centro de Mídias de Educação do Amazonas. Este oferta ensino por mediação tecnológica para todo o Estado do Amazonas, incluindo população tradicional, como exemplo do povo Ticuna que vive na região do Alto Solimões.

1. O ensino mediado por tecnologias educacionais em escolas indígenas no Amazonas

Atualmente, muitas escolas amazonenses recebem ensino por meio de tecnologias via satélite. O ensino mediado por tecnologias educacionais em escolas indígenas é ofertado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), que possui um Programa de Ensino presencial a distância que é o Centro de Mídias.

O Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) é um programa de ensino por mediação tecnológica semipresencial do Governo do



Estado do Amazonas cujo objetivo consiste em ampliar e diversificar o atendimento aos alunos da rede pública de ensino do Estado. Oferece, como consta em seu projeto, um ensino inovador, por meio das tecnologias da informação e comunicação. A inovação consiste na transmissão das aulas que ocorre em tempo real e simultaneamente nos 62 municípios amazonenses.

O tempo de aula ocorre em dois momentos (ou em dois “tempos”, como chamamos nas escolas), com intervalo entre ambos de 10 minutos. No decorrer das aulas há um momento específico do Programa, trata-se do momento da “Interatividade”. Esse espaço é destinado para que o professor mediador entre em contato com os alunos que estão do outro lado da tela. A turma selecionada, ou a que o professor presencial¹ solicitou para que fosse chamada, pode fazer uma pergunta para esclarecer uma dúvida levantada pela turma ou responder a uma questão dos exercícios.

A interação não acontece somente entre professor mediador² e alunos, os professores presenciais podem fazer uso de uma Plataforma Virtual (*Chat*) e comunicam-se entre com outros professores presenciais da mesma série (1º ano, 2º ano, 3º ano e EJA) que acompanham.

O Projeto foi iniciado no ano de 2004³, após a SEDUC realizar levantamento da demanda escolar nos municípios amazonenses. Os dados revelaram que um número significativo da população amazonense, principalmente os residentes nas comunidades rurais, estudavam até a 9ª série do Ensino Fundamental e não davam sequência aos seus estudos. A Secretaria de Educação afirma que isso acontecia porque a escola não chegava à esses alunos por conta do número de escolas que ofertam ensino médio na região ser muito inferior ao número de alunos que todos os anos finalizam o Ensino Fundamental.

Tais dificuldades podem ser enumeradas observando principalmente a logística de locomoção na região amazônica, que está nas peculiaridades geográficas. Os meios de transporte, também usados como argumentos pela

¹ Aquele que acompanha a turma na escola. A este é dada a responsabilidade de fazer a frequência, aplicar a prova e encaminhar as notas. De modo geral, mediar a relação aluno-professor mediador.

² Aquele que ministra aula para os alunos. Ele se encontra na Sede do CEMEAM em Manaus. Ele também é responsável pelo planejamento das aulas.

³ Informações retiradas do site do Programa: centrodemidias.am.gov.br/



SEDUC para o difícil deslocamento, provoca em muitos lugares total isolamento da população indígena e também ribeirinha dos centros urbanos.

Com vistas para essas problemáticas a SEDUC/AM, buscando solucionar o problema de escolas em lugares remotos no Estado, implementou um sistema de ensino específico para a demanda estadual, que são de alunos que não possuem condição de deslocar-se até uma escola de ensino médio. Usando a transmissão via satélite, desde a implementação no ano de 2007, atende salas de aulas nos centros urbanos municipais, comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas.

O ensino é 100% mediado por videoconferência multiponto. O material didático selecionado pelos professores titulares é disponibilizado no site do Programa (www.centrodemidias.am.gov.br/).

Na plataforma os alunos que moram em região onde há disponível acesso a internet, podem rever as aulas já ministradas, entrar em contato com os professores mediadores, além de acessar o conteúdo das aulas anteriores. Essa facilidade de informação não é possível em área de difícil acesso, onde não há o sinal de telefonia que oferece internet. O que de certo modo afeta a oportunidade do ensino de qualidade, favorecendo os estudantes que possuem condições de acesso à plataforma digital do CEMEAM.

2. A língua materna no processo ensino-aprendizagem

A língua é meio de comunicação mais importante do homem. Por meio dela o ser humano interage em diferentes contextos sociais. Ela é produto do saber, trilha por onde o sujeito constrói conhecimento.

A língua é para entender e ser entendida. É o meio para que uma mensagem seja transmitida e possa ser recebida. A língua de nenhum modo é uma soma de palavras desconexas. [...] a língua tem uma história. Palavras e modos de dizer envelhecem e morrem. A língua se realimenta continuamente com novas experiências. A sua história não está desligada dos fatos sociais que ela vive. (MELIÁ, 1979, p. 65)

Nas salas de aula de uma comunidade indígena no município de Benjamin Constant a língua materna predominante é a língua Ticuna. O povo



Ticuna vive na região do Alto Solimões, em território peruano e também colombiano. Nessa região tríplice fronteira vivem mais de 30 mil índios, fazendo desse povo o maior em número de falantes de língua materna indígena do Brasil.

Com um histórico de luta extenso e insistente o povo indígena da região do Alto Solimões sobrevive com glória a um sistema injusto e possessivo que foi construído e consumindo a população que vivia da terra e trabalhava pelo próprio sustento.

A história recente dos ticunas aponta para duas situações históricas, a primeira marcada pela mobilização por terra, com uma crescente articulação entre lideranças das muitas aldeias, a formação de um novo ator político, o Comando Geral da Tribo Ticuna/CGTT e a reafirmação da condição de indígena enquanto sujeito de direitos a segunda referida a um período pós-demarkação, com a fragmentação das lutas e das organizações que as conduzem, as formas de acesso à cidadania revelando-se como bastante diversificadas.(OLIVEIRA, 2015, p. 227)

O movimento de imigrantes na região do Alto Solimões contribuiu para a mudança de hábitos dos índios residentes da área. Com a implantação de projetos para a demarcação de áreas indígenas as lideranças indígenas apontam para um novo viés de base para a concretização do que estava sendo criado naquele momento: a presença da escola nas comunidades indígenas.

Como afirma Oliveira (2015, p 12), a OGPTB, criada em 1986, era o centro de gerenciamento das ações afirmativas dos Ticuna, com vistas para a formação de professores bilíngues que tinha como objetivo central a formação continuada e o planejamento de uma educação voltada para os interesses do povo, assim como para o estabelecimento e uso da língua Ticuna nos espaços sociais, como objeto de força de uma cultura viva. Além dessa organização, outro órgão que ajudou na preservação da cultura e manutenção dos costumes entre os Ticuna foi o Museu Magüta.

As línguas, as crenças e as tradições indígenas são fortes elementos da cultura. Os povos indígenas trabalham para a manutenção, como o povo Ticuna, para a revitalização e resgate dos saberes tradicionais. A escola é o lugar para a efetivação da guarda desses direitos.



Nas últimas duas décadas, estruturou-se uma nova política pública no Brasil, voltada à oferta da educação escolar em comunidades indígenas. Concebida como um direito dos índios, ancorada em noções como diversidade, diferença, especificidade, bilinguismo e interculturalidade, essa política colocou à frente um novo modelo de escola nas aldeias membros das próprias comunidades indígenas. A formação docente de membros dessas comunidades para atuar nas escolas indígenas, iniciada nos anos de 1980 na Amazônia, expandiu-se nos anos de 1990, tornando-se uma das principais facetas da política pública de construção de uma educação diferenciada para os grupos indígenas no Brasil. (GRUPIONI, 2013, p. 71)

O direito a um ensino que promova o fortalecimento da identidade cultural do povo está pautado na formação humana e educacional dos jovens. Eles são os portadores dos conhecimentos tradicionais herdados há centenas de anos e cultivos pelos seus ancestrais.

3. Os princípios da Educação Escolar Indígena

A escola surge numa determinada comunidade dada à necessidade de um grupo social sobre o conhecimento, sobre o querer conhecer o mundo. O desejo do Ticuna em conhecer o universo do outro e sobre o direito às terras onde nasceram e viveram seus antepassados, surge, inclusive, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, a primeira conquista dos povos indígenas está na Carta Magna, em seu Artigo 231 onde diz que,

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988)

A demarcação de terras é um dos pontos principais para a garantia de direitos. Assim como é “assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” na escola no Ensino Fundamental. (BRASIL, Art. 210 § 2º) Tais direitos também são estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional



(LDBEN), em seu Artigo 78 que versa sobre o sistema de ensino e assistência aos índios no que tange a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural, e estabelece como objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas. (BRASIL, 1996)

O contato entre índios e brancos também não foi passível no Alto Solimões. Assim surge a escola mais ou menos dessa forma, pois

É difícil descrever com precisão o que representou a escola para esses índios. Com certeza ela foi (e ainda é) a concretização de uma nova relação com os brancos, uma relação em que os índios recebiam informações e eram capacitados a lidar com os brancos. [...] Os Ticuna atendiam ao chamado dos brancos para aprender, para conhecer o mundo, ou melhor, para aprender novas formas de relação e entendimento do mundo que poderiam fornecer-lhes mais segurança ou pelo menos alternativas à situação por eles vivida. Esse aprendizado se concretiza principalmente no aprendizado da língua portuguesa e da religião cristã. O domínio desses dois códigos destaca o indivíduo dos demais, na medida em que ele abre uma nova possibilidade de tratamento com os membros da sociedade envolvente. (MACEDO, 1999, p. 180)

Com base no que Macedo descreve acima, a discussão sobre a escola indígena e a educação escolar indígena no contexto Ticuna, assim como as formas de conhecer e entender o mundo por meio da cultura, e sobre a relação de contato com o outro e o uso de novas tecnologias educacionais estimulou o interesse pela escola na comunidade.

Considerações Finais

O que se oferta hoje nas escolas indígenas que recebem ensino mediado por tecnologia foge da realidade e dos interesses dos povos indígenas por se tratar de uma metodologia que privilegia 100% a língua portuguesa, em seu uso e em sua cultura. Desconstruindo assim os princípios que hoje



caracteriza a Educação Escolar Indígena que deve ser diferenciada, específica, bilíngue, intercultural. Trata-se de um modelo de ensino comum à região amazônica, e não atenta para a diversidade cultural do povo amazonense, em especial do Alto Solimões.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23.mai.2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31943>. Acesso em 12.jun.2018.

_____. **Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 12.jun.2018.

GRUPIONI. Luís Donisete Benzi. **Quando a Antropologia se defronta com a Educação: formação de professores índios no Brasil**. Pro-Posições | v. 24, n. 2 (71), p. 69-80, maio/ago. 2013.

MACEDO, Guilherme Martins de. **A conversão cristã e a identidade Ticuna: a trajetória de Campo alegre**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000. In: Os Ticunas hoje. Amazônia em Cadernos, nº 5, jan/dez, 1999.

MELIÀ, Bartolomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____, João Pacheco de. **Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna**. Manaus: UEA, 2015.